



Cerveja Artesanal

Câmara autoriza doação de terreno a Haven Microcervejaria

Em Sessão Ordinária realizada na segunda-feira (16), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para alienar, mediante doação, terreno do Distrito Industrial à empresa Haven Microcervejaria, no âmbito do PRODES - Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

A Haven iniciou suas atividades em julho de 2014, resultado da empreendedora força de três jovens sociedade paraguaçuenses: Lucas Henrique Fernandes, Raphael Garrosini Machado e Sidnei da Silva Menezes. A Haven é uma empresa fabricante de cervejas e chopes artesanais, cujos produtos caíram no gosto da comunidade paraguaçuense e regional.

Diante do sucesso, a Haven viu a demanda crescer vertiginosamente e o espaço atual utilizado não suportará o crescimento esperado por seus sócios. Posto isto, a Haven requereu incentivos ao município para transferir sua unidade industrial, com a construção e implantação de uma fábrica de cervejas e chopes.

Assim, foi requerida pela empresa a doação de um imóvel de aproximadamente 800 metros quadrados; o município, por intermédio dos órgãos municipais competentes, verificou e viabilizou o terreno, localizado na Rua Presidente Café Filho, no Distrito Industrial.

Para habilitação aos benefícios do PRODES, os representantes da Haven apresentaram toda a documentação comprobatória exigida por lei, a qual foi apreciada e aprovada pelos órgãos técnicos do município. O número mínimo de empregos gerados quando em pleno funcionamento será de 3 diretos e 3 indiretos, com possibilidade de ampliação.



Vereadores com os proprietários da Haven Cervejaria

Créditos

Câmara autoriza remanejamentos para manutenção de departamentos municipais

A Câmara de Vereadores de Paraguaçu Paulista, em reunião ordinária realizada na segundafeira, 16 de novembro, aprovou projeto de lei de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para a transposição e remanejamento de dotações ao Gabinete do Prefeito e aos Departamentos de Saúde: de Obras e Serviços Públicos; de Assuntos Jurídicos: Indústria, Comércio e Servicos, para pagamento de despesas com pessoal e encargos.

De acordo com a justificativa do projeto, os créditos orçamentários utilizados serão manutenção: da Guarda Civil Municipal; da atenção à saúde ambulatório mental, especialidades e acões de epidemiologia e controle de vetores: dos serviços da Gabinete secretaria do do Prefeito; da junta de alistamento militar e Tiro de Guerra; de públicos; logradouros dos serviços de estradas e rodagens municipais; da Diretoria Assuntos Jurídicos: e da Diretoria Indústria. Comércio Servicos.

O valor da transposição será de R\$ 390.500,00 e do remanejamento R\$ 663.800,00, perfazendo um valor total de R\$ 1.054.300,00.

Remanejamento

Câmara aprova projeto para cumprimento de contrato referente ao lixo urbano no município

Na Sessão Ordinária de segunda-(16), a Câmara Vereadores aprovou projeto de lei de autoria do Prefeito Municipal, Dr. Ediney Taveira Queiróz, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para 0 remanejamento de dotações ao Departamento de Meio Ambiente Especiais, Projetos cumprimento do contrato prestação dos serviços públicos transbordo, transporte disposição final dos resíduos sólidos urbanos (lixo urbano) no município.





O remanejamento será efetivado com a realocação de R\$ 120.000,00 de encargos gerais do município para o Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais.

De acordo com a justificativa do Prefeito, "a readequação de dotações é de vital importância para o cumprimento do contrato de prestação dos serviços públicos referentes ao lixo urbano em Paraquaçu Paulista".



Câmara aprova projeto do Prefeito

Requerimentos

Vereadores solicitam informações ao Prefeito e à empresa Energisa

Na Sessão Ordinária de segundafeira (16), а Câmara Vereadores discutiu e aprovou 2 requerimentos. O primeiro deles foi o Requerimento 113/2015, de autoria da vereadora Professora Delmira, que requer à empresa Energisa informações sobre as quedas de energia desligamento da rede no distrito de Roseta.

De acordo com a vereadora Delmira, quedas de energia têm ocorrido com frequência em Roseta, sem nenhuma informação prévia, sendo às vezes um desligamento rápido e outras vezes demorado, tendo até se repetido num mesmo dia.

"Além de comprometer as atividades normais do comércio, posto de saúde, base da Polícia Militar, escola e residências, há informações de que houve danos em eletrodomésticos de alguns moradores, causando prejuízos a pessoas. essas Embora Energisa esteja efetuando investimentos para melhorar os serviços, as ocorrências indicadas podem ser casos isolados e de fácil solução. Por isso, solicitamos informações a respeito. questionando quais providências estão sendo para tomadas evitar tais percalços", explicou a vereadora Professora Delmira.

foi Finalizando, aprovado Requerimento 115/2015, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio do vereador lan Salomão, reguer ao Prefeito Municipal informações sobre os pontos turísticos Fonte Luminosa e Jardim das Cerejeiras.

"Esses dois pontos importantes para a cidade, uma vez que são visitados nos finais de semana por turistas e também frequentados paraguaçuenses, os quais além de desfrutarem das paisagens, utilizam os locais para registrar os momentos em fotografias. Também são locais que exercem relevância junto ao comércio do município e, se suspensas as atividades de ambos, certamente diminui o número de clientes que circulam pelo comércio", destacou o vereador Serginho.

Em seu requerimento, o vereador questiona qual o motivo da Fonte Luminosa ter tido as atividades suspensas e qual a previsão de que volte a funcionar; qual o horário de funcionamento do Jardim das Cerejeiras e qual o departamento responsável por sua manutenção.

As futuras respostas dos requerimentos poderão ser visualizadas no link a seguir: www.camaraparaguacu.sp.gov.br/materias-legislativas



Delmira pede informações à Energisa



Serginho questiona situação de pontos turísticos





Indicações

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (16) os vereadores apresentaram 5 indicações. Veja:

Indicação 185/2015, de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica ao Prefeito Municipal a operação tapa-buracos no Jardim Paulista.

Indicação 186/2015, de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica ao Prefeito Municipal a limpeza de valeta de escoamento de águas pluviais na Rua Sete de Setembro, próximo à Fercon.

Indicação 187/2015, de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica ao Prefeito Municipal a retirada de galhos secos depositados na Rua Guilhermina N. Carvalho, no Conjunto Habitacional Dr. Aldo Monteiro Paes Leme.

Indicação 188/2015, de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica ao Prefeito Municipal a adequação da nomenclatura do cargo municipal de "Motorista de Ambulância" para "Condutor de Ambulância".

Indicação 189/2015, de autoria do vereador Serginho, que indica ao Prefeito Municipal estudo para instalação de redutores de velocidade na Avenida José Bonifácio, Vila Marim.

Textos na íntegra: http://www.camaraparaguacu.sp.gov.br/materias-legislativas

Programa de Alimentação do Servidor

Câmara aprova projeto do Executivo para manutenção do PAS

Sessão Extraordinária Em realizada na quinta-feira, 26 de novembro. а Câmara Vereadores aprovou projeto de lei de autoria do Prefeito Municipal que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para transposição e remanejamento de dotações aos Departamentos de Educação e de Saúde: encargos gerais do município (engloba os demais departamentos municipais), para manutenção do PAS.

De acordo com o Departamento de Planejamento da Prefeitura, as dotações existentes serão insuficientes à manutenção do Programa de Alimentação do Servidor Público Municipal (PAS) até o final do exercício, sendo necessário transpor e remanejar dotações para cumprimento das obrigações.

O PAS foi instituído pela Lei Complementar Municipal 125, de 24 de maio de 2010, e destinado a todos os servidores públicos da Prefeitura Municipal, sendo o valor vigente de R\$ 277,38, reajustado recentemente. O valor da transposição será de R\$ 393.000,00 e do remanejamento de R\$ 90.000,00, totalizando R\$ 483.000,00.

Programa Mais Médicos

Câmara aprova auxílio para moradia dos profissionais da saúde

Em Sessão Extraordinária realizada na quinta-feira (26), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe sobre a alteração na Lei Municipal 2.909/2014, que dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro para custeio alimentação e concessão de moradia aos médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil, atuação no município.

O "Mais Médicos" criado pelo Governo Federal faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que prevê mais investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência de profissionais.

O programa funciona com a convocação dos profissionais da medicina para atuar na atenção básica de municípios com maior vulnerabilidade social e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Prevê também expansão do número de vagas de medicina e de residência médica, além do aprimoramento formação médica no Brasil. Nosso município recebeu três médicos cubanos que atuam na Rede Municipal de Saúde.





Despesas

Nos termos da Lei Municipal nº 2.909, os participantes recebem auxílio financeiro destinado ao custeio das despesas com alimentação e a concessão de moradia, locada pelo município. Ocorre, no entanto, que os médicos pretendem locar moradias separadas, pleiteando o repasse de recurso pecuniário.

participantes Assim, aos do programa em atuação no município será efetuado repasse de R\$ 1.000,00 mensais a cada um. cabendo a eles a responsabilidade pela locação do imóvel e as obrigações derivadas. como reparos e devolução do imóvel ao final da vigência do contrato de locação.

Departamento de Estradas de Rodagem

Município recebe imóvel do DER próximo ao Portal Turístico

Na tarde de quinta-feira (26), reunida Sessão em Extraordinária, a Câmara de Vereadores de Paraguaçu Paulista aprovou projeto de lei do Prefeito Municipal, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para receber em doação, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER/SP), um imóvel localizado no município.

O imóvel a ser recebido tem uma área total de 4.880 metros quadrados, localizado na Estrada SP-421. É uma faixa de domínio de 50 metros de largura e 97,60 metros de comprimento, confrontando-se com o Portal Turístico localizado no término da Avenida Siqueira Campos.

Conforme previsão legal, alienação de bem imóvel da administração pública deverá subordinar-se à existência de interesse público devidamente dependerá justificado. avaliação prévia e de licitação na modalidade concorrência - esta dispensada no caso de doação exclusivamente para outro órgão da administração pública, de qualquer esfera de Governo.

O interesse público justifica-se, pois o recebimento do imóvel pelo município possibilitará a execução de melhorias no acesso principal da nossa cidade. O trecho que o DER/SP sinalizou positivamente em doar, sem ônus algum, já é administrado pelo município; no local já existem dispositivos, logradouros e até empresas instaladas que necessitam de obras de infraestrutura para sua atuação mais efetiva. A execução de outras obras e adequações necessárias possibilitará que sejam outras empresas instaladas nas adjacências daquele local, gerando tributos e demais benefícios à cidade.



Câmara aprova doação do DER

Câmara autoriza transposição e remanejamento para gastos com material de consumo e serviços na Prefeitura

Na quinta-feira 26 de novembro, em Sessão Extraordinária, a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei do Executivo Municipal que dispõe sobre autorização para a transposição e remanejamento de dotações aos departamentos de Administração e Finanças, e de Obras e Servicos Públicos, para pagamento de despesas com material de consumo e outros servicos de terceiros/pessoa iurídica.

De acordo com a justificativa do Prefeito, o projeto é necessário para viabilizar os créditos orçamentários destinados ao pagamento de despesas com combustível, reatores, lâmpadas e outros materiais; e serviços de energia elétrica, manutenção de máquinas e equipamentos.

Os créditos orçamentários serão utilizados da seguinte forma: I - Departamento de Obras e Serviços Públicos: manutenção da diretoria, dos serviços de estradas e rodagens municipais e de logradouros públicos; II - Departamento de Administração e Finanças: manutenção da iluminação pública (FUNDIP).

A transposição será de R\$ 20.000,00 e o remanejamento de R\$ 290.000,00, totalizando R\$ 310.000,00.





Programas Sociais

Câmara autoriza crédito para o Departamento de Assistência Social

Na Sessão Extraordinária de quinta-feira (26), os vereadores aprovaram projeto de lei do Prefeito Municipal, que autoriza abertura de crédito adicional especial, necessário ao Departamento de Assistência Social para manutenção do BPC na Escola e do Serviço Específico de Proteção Social Básica CCI.

O crédito, no valor de R\$ 1.518,46, será para manutenção do Programa de Acompanhamento е Monitoramento do Acesso е Permanência na Escola das Pessoas Deficiência. com beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC Escola) e do Serviço Específico de Proteção Social Básica CCI.

O Programa BPC na Escola tem por objetivo promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos de idade, garantindolhes acesso e permanência na escola, por meio de ações articuladas da área de saúde. educação, assistência social e direitos humanos. Segundo o Departamento de Planejamento, o BPC na Escola não foi previsto no orçamento vigente, sendo necessária а abertura do respectivo crédito para utilização dos recursos recebidos Governo Federal.

Ainda, segundo o Departamento de Planejamento, o Serviço Específico de Proteção Social Básica foi finalizado pelo Governo Federal, mas existe um saldo residual de recursos financeiros a serem utilizados. Agora. serviços inerentes são ofertados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento Vínculos de (SCFV). O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica que é ofertado no município de forma complementar ao trabalho social a adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, e idosos com idade igual ou superior a 60 anos.

Meio Ambiente

Câmara aprova projeto que institui o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais

Na Sessão Extraordinária de quinta-feira, 26, a Câmara de Vereadores de Paraguaçu Paulista aprovou, em 2º turno, projeto de lei complementar de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe alterações no Código do Meio Ambiente do Município, instituindo o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PMPSA).

O Programa tem como finalidade gerir ações de pagamento aos agricultores familiares de que Lei trata а Federal nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, aos instituidores de Reservas Particulares Patrimônio do Natural que sejam reconhecidas pelos órgãos ambientais competentes, e aos ocupantes regulares de áreas situadas em bacias hidrográficas.

O PMPSA prevê a remuneração do agricultor familiar do município que desenvolva práticas sustentáveis como produção de água, conservação de solo, restauração florestal de Áreas de Preservação Permanente (APP) e conservação de florestas existentes nas propriedades.

pagamento àqueles prestam serviços de proteção ambiental é um mecanismo econômico de incentivo proprietários de terras. tentativa de estimulá-los а implementar práticas sustentáveis. Deste modo, eles recompensados são economicamente pela manutenção da floresta. proposta parte da premissa de que a recuperação florestal e ambiental, que gera qualidade de vida à sociedade, depende de investimentos nas áreas rurais, em especial, com os agricultores familiares.

Com a aprovação deste projeto, nossa cidade poderá iniciar a formalização de parcerias com governos, empresas e entidades do terceiro setor. para efetivação da captação recursos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, que reembolsará os agricultores familiares. As ações do **PMPSA** serão financiadas com recursos provenientes do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

As despesas de planejamento, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados relativas ao financiamento de pagamentos por serviços ambientais, não poderão ultrapassar o montante correspondente a 5% das disponibilidades do Fundo Municipal do Meio Ambiente.





Câmara Municipal está no clima natalino

Decoração foi montada na parte interna do prédio

Na última semana os servidores do Legislativo Municipal reuniram-se pra montar a decoração de Natal 2015. Utilizando enfeites tradicionais, a Câmara está decorada com uma grande árvore, caixas de presentes, presépio artesanal e o já conhecido Papai Noel, que há alguns anos compõe a decoração do Palácio Água Grande.

A decoração foi feita no intuito de deixar o ambiente interno mais aconchegante, fazendo com que os visitantes sintam-se imbuídos do espírito natalino. O presépio que fica ao lado da árvore é artesanal e foi criado pela paraguaçuense Alcinéia Guido.

A pequena construção simboliza o estábulo em Belém e as cenas que seguiram ao nascimento de Jesus, tudo confeccionado com palha de milho, um trabalho impressionante da talentosa artesã.

Os que quiserem conhecer a decoração natalina da Câmara de Vereadores, ver de perto o presépio artesanal ou fazer uma visita ao bom velhinho, basta comparecer ao Palácio Água Grande, que está de portas abertas para receber a população de Paraguaçu Paulista.



Decoração natalina da Câmara

Estas despesas também poderão ser custeadas pelos recursos orçamentários destinados ao Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais ou ao Departamento de Agricultura e Abastecimento.

As medidas constantes do projeto visam atender aos critérios estabelecidos pelo "Programa Município Verde Azul", relativos às 10 Diretivas Ambientais do programa do Governo do Estado. Neste caso, a Diretiva Ambiental é a "Biodiversidade (BIO)" e o critério é a "Comprovação de existência de Lei Municipal que institua Programa 0 Pagamento por Serviços Ambientais (BIO2a)".



Vereadores aprovam programa voltado ao meio ambiente

Jornalista Responsável: Leonardo Volcean - MTB 49.924